



MOÇÃO

Semeamos soberania e solidariedade alimentar: as mulheres agricultoras e rurais têm direito a uma vida digna!

Os últimos tempos não têm sido fáceis: uma pandemia, as alterações do clima que estão para ficar, as dificuldades em produzir os alimentos, com o aumento brutal dos preços dos factores de produção e diminuição do rendimento das explorações agrícolas, a instabilidade pelo desencadear de mais uma guerra no Mundo e as sanções a pretexto da guerra.

Tem sido difícil para (quase) todos, mas muito em especial para as mulheres, que asseguram muita da produção com origem na Agricultura Familiar. Segundo a ONU, a este ritmo, faltam cerca de 300 anos para haver plena igualdade de género e muitos retrocessos estão a contribuir para afastar ainda mais esse dia.

Este retrocesso decorre de políticas de desenvolvimento territorial que não têm em conta as necessidades do Mundo Rural e da vida das camponesas e suas famílias, traduzindo-se na falta de investimento (na educação, nos transportes, na agricultura e no desenvolvimento rural) e no progressivo encerramento de serviços públicos, obrigando a longas e dispendiosas deslocações, situação que põe em causa não só a sobrevivência desses territórios, mas também do resto do país e que nos impede de viver melhor.

Não é possível estar meses à espera de uma consulta médica, de uma cirurgia ou de fisioterapia, ou de ter de fazer dezenas e dezenas de quilómetros para a isso ter acesso. Não podemos aceitar o encerramento de maternidades, num País com défices de natalidade altíssimos. Temos direito a ser mães em segurança e com qualidade e a dar condições aos nossos filhos para que possam no futuro continuar a viver e a trabalhar no Mundo Rural.

Preocupa-nos profundamente a situação do meio ambiente e dos recursos naturais. Vivemos actualmente uma situação de seca dramática, com consequência no abastecimento às populações e na qualidade e quantidade da produção agrícola. Precisamos de estar mais preparadas e organizadas para enfrentar estas e outras adversidades e apostar em modelos produtivos que se coadunem com as condições de cada território e com as necessidades alimentares da população.

Continuamos a reafirmar que temos direito a produzir, a proporcionar e a ter acesso a uma alimentação de qualidade. É fundamental a valorização dos preços da produção agrícola nacional. Os mercados e feiras, são locais privilegiados da venda de produtos

agrícolas, directamente dos produtores aos consumidores, e são um dos alicerces da Agricultura Familiar, sendo assegurados muitas vezes pelas mulheres.

O trabalho das mulheres (no campo, em casa e na vida) é muitas vezes tornado invisível e por isso muito precarizado, com enormes impactos na garantia de uma vida digna. Isto verifica-se, por exemplo, no acesso à reforma, já que os descontos das mulheres para a segurança social são muitas vezes relegados para segundo plano (por dificuldades financeiras do agregado familiar). Importa a criação de um regime de segurança social adaptado à realidade das mulheres agricultoras e rurais que nos faça sair de situações de vida profundamente precárias.

E o que as mulheres podem esperar da Política Agrícola Comum? Acrescenta muito pouco ou nada.

Não encontramos aí medidas específicas que tenham em conta as dificuldades e necessidades das mulheres agricultoras e rurais e das suas famílias, nem que contribuam para a igualdade de género, para o combate ao despovoamento e desertificação das zonas rurais ou que promovam o emprego das mulheres rurais. É mais uma oportunidade perdida, e mais uma forma de privilegiar os privilegiados.

Perante esta situação, os delegados no 9º Congresso da CNA consideram que é urgente:

- Reafirmar o direito a produzir, a uma alimentação de qualidade e à valorização dos preços da produção nacional;
- Valorizar os mercados e feiras, locais privilegiados da venda de produtos agrícolas e factores de produção, desburocratizando as exigências legais;
- Eliminar todas as formas de desigualdades, discriminações e violências, pela igualdade, pelo progresso e pela paz;
- Garantir, no Mundo Rural, as condições de acesso aos serviços públicos;
- Criar um regime específico de segurança social que tenha em conta a situação das mulheres agricultoras;
- Desagregar, por género, os dados referentes ao sector agrícola, em especial nas medidas da PAC;
- Introduzir medidas de discriminação positiva das mulheres agricultoras na nova PAC;
- Majorar os apoios no âmbito da Agricultura Familiar quando os titulares são mulheres, em especial no apoio às jovens agricultoras, nos pequenos investimentos, na criação e gestão de associações de agricultores, na organização da produção, e no acompanhamento de políticas públicas.